



REVISTA INTER-LEGERE  
WWW.CCHLA.UFRN.BR/INTERLEGERE

---

## CAMPO, *HABITUS* E COOPERATIVAS

### FIELD, *HABITUS* AND COOPERATIVES

---

Nildete Maria da Costa Ferreira<sup>1</sup>

#### RESUMO

Visamos, neste trabalho, fazer uma discussão preliminar em torno da aplicabilidade dos conceitos de *campo* e de *habitus*, de Pierre Bourdieu, no estudo das organizações cooperativas populares e das empresas tipicamente capitalistas, em situação de concorrência. Para tanto, metodologicamente, partimos de três aspectos. Primeiramente, da possibilidade de analisar as posições sociais dos agentes (sócios) integrantes das organizações cooperativas em relação aos grupos capitalistas, ou seja, a posição que os trabalhadores e trabalhadoras ocupam na estrutura da distribuição do capital; segundo, os estudos das disposições socialmente constituídas, o *habitus*, de cada grupo; e em terceiro, o entendimento das estruturas econômicas objetivadas, ou seja, uma análise das empresas.

#### 1 INTRODUÇÃO

“A precariedade torna possível novas estratégias de dominação e exploração, fundadas na chantagem da dispensa, que se exerce sobre toda a hierarquia e que impõe sobre o conjunto do mundo do trabalho uma censura esmagadora impedindo a mobilização e a reivindicação”. (BOURDIEU, 2001)

Meus primeiros contatos com a obra de Pierre Bourdieu, um dos sociólogos estudados no curso de Teorias Contemporâneas, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, me subsidiou para produzir esse texto. Como

---

<sup>1</sup> Mestra em Engenharia da Produção (UFRN). Doutoranda do PPGCS/UFRN.

proposta, tentei desenvolver o conteúdo da discussão em torno dos conceitos de campo e de *habitus*, vinculando-os ao objeto de minha pesquisa no doutorado, cujo tema central é o estudo das organizações cooperativas populares. Para tanto, o que se segue dá ênfase às relações entre essas cooperativas e as empresas tipicamente capitalistas.

De início gostaria de ressaltar que essas organizações, considerando-se as condições de precarização do trabalho e a lógica da competição capitalista, vêm sendo tratada na literatura (BOAVENTURA e RODRÍGUEZ, 2002; TIRIBA, 2001; SINGER, 2002; RECH, 2000; CORAGGIO, 2003; e outros) como alternativa de organização do trabalho ou como forma de comercialização da produção da chamada agricultura familiar, entre outras. Uma nova geração de cooperativas surge a partir dos movimentos sociais, das lutas políticas e sindicais; voltando-se para o interesse da maioria; visando organizar o trabalho coletivo em bases solidárias, de igualdade e democracia participativa. Nesse sentido, as cooperativas são constituídas na tentativa de melhorar ou reduzir os custos da própria sobrevivência dos seus associados, bem como da melhoria das condições de vida dos desempregados, que para tanto, necessitam entrar no circuito do mercado formal.

Como orientação para a discussão, considera-se, ainda, a cooperação como a maneira dos indivíduos se ajudarem com base no mesmo fim e as cooperativas populares como uma organização coletiva que possibilita a maximização dos resultados do trabalho individual, e não do lucro - uma das características que as diferenciam das empresas capitalistas, além de outras. A seguir colocarei algumas possibilidades de compreender a disposição para a ação dessas organizações cooperativas, mediatizada pelas relações de mercado, em relação às organizações tipicamente capitalistas. Lembro, portanto, que são questões preliminares e que deverão ser aprofundadas posteriormente.

## **2 OS CONCEITOS DE *HABITUS* E DE CAMPO NA COMPREENSÃO DAS ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS**

Para iniciar as discussões sobre a aplicabilidade das noções de **campo** e de **habitus** de Pierre Bourdieu, partimos da concepção de que *o universo econômico é feito por vários mundos econômicos [...] e dotados de racionalidades*

*específicas que supõem e exigem disposições mais do que racionais [...] (BOURDIEU, p.198:1994). Que, o capitalismo, ao se instaurar, faz emergir um campo, um lugar de tipo novo, cujo princípio é a lei de interesse material (idem, 73: 1994).*

Nessa perspectiva e a partir da construção do conceito de *habitus* de Bourdieu, pode-se inferir que no campo econômico as decisões dos agentes envolvidos no sistema de troca, são movidas por uma racionalidade não somente com relação a fins, no sentido weberiano, mas também por disposições construídas socialmente - a que ele denomina de *habitus* - nos espaços sociais que cada um ocupa - o campo. Setton (2002, p: 19), fazendo uma leitura contemporânea do *habitus* diz que ele é visto como um *sistema engendrado no passado e orientando para uma ação no presente, em constante reformulação[...]que ele auxilia pensar a relação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos*. Portanto, a pertinência desses dois conceitos, a fim de entender alguns questionamentos relativos às organizações populares coletivistas, no caso as cooperativas, em relação a sua inserção no mercado e a concorrência com as empresas tipicamente capitalistas. Como estruturas econômicas, estas organizações, encontram-se inseridas no campo econômico e se deparam com uma lógica de concorrência em que terá que se posicionar de alguma forma, quer seja concordando, contrariando ou criando alternativas. Uma questão que se coloca e que é crucial em algumas experiências organizativas no campo da chamada economia solidária ou popular, especificamente as cooperativas, *é a pressão externa exercida pela lógica do mercado, que as impulsionam a reproduzirem as mesmas estratégias das empresas capitalistas*. Estas últimas possuem características diferentes das organizações coletivas, visto que, têm como objetivo principal a maximização do lucro, ou seja, primariamente, sua ação está orientada com respeito a fins (ao interesse material) ou em termos habermasiano, pela razão instrumental, como lembra Freitag (2005),

Portanto, na perspectiva de uma análise das relações, em situações de concorrência, entre as cooperativas populares e as empresas capitalistas, metodologicamente levantaríamos três aspectos a serem enfocados, facilitando assim, a nossa proposta analítica dentro da visão de Bourdieu.

Primeiramente, a possibilidade de analisar as **posições sociais dos agentes (sócios)** integrantes das organizações cooperativas em relação aos grupos

capitalistas, ou seja, a posição que os trabalhadores e trabalhadoras ocupam na estrutura da distribuição do capital. Segundo, o estudo das **disposições socialmente constituídas, o *habitus***, de cada grupo; e por último, o entendimento das estruturas econômicas objetivadas, ou seja, uma **análise das empresas**.

### **3 CAMPO COMO ESPAÇO SOCIAL DE DIFERENCIAÇÃO DOS AGENTES**

Em relação ao primeiro aspecto, **da posição dos agentes** e com base no conceito de campo de Bourdieu (1994), como *um conjunto de relações objetivas históricas, entre posições sociais que estão enraizadas em certa forma de poder e capital*. Onde os indivíduos estão inseridos espacialmente em determinados campos sociais, e a posse de grandezas de certos capitais (cultural, social, econômico, político, artístico, esportivo etc.) e o conjunto de relações históricas - o *habitus* - de cada ator social condiciona seu posicionamento espacial, considerado como espaço de distinções simbólicas (BOURDIEU, 1999). É a partir, principalmente, dos dois princípios de diferenciação (capital social e cultural), que será indicada a posição social dos grupos, com suas respectivas internalizações de disposições e crenças diferenciadas: a forma de ser e do conhecimento do mundo. Assim, os agentes da economia solidária, a maioria detentora de escasso capital econômico e cultural, estaria em posição desfavorável em relação aos que detém volume de capital total maior. Isso posto, considera-se que o espaço das trocas econômicas ocorrerá, preferencialmente, mas não exclusivamente, entre aqueles pertencentes ao mesmo campo.

Se, considerarmos que, por um lado, as empresas estão condicionadas às estruturas de mercado, e por outro, pela necessidade de sobrevivência, no caso das cooperativas a disputa e a concorrência exigirão que estas organizações escolham suas estratégias, tomando como referência as outras que estão mais orientadas para o êxito econômico. Pressupõe-se, também, que não se esperaria a frequência de ocorrência de uma cooperação entre essas organizações, visto que, os interesses objetivamente são divergentes e diferenciados. Ou seja, considerando as desigualdades na detenção do capital total, que vai configurar o universo de possibilidades dessas organizações, as relações de cooperação e solidariedade dificilmente ocorrerão entre elas. Por exemplo, na prática é difícil congregarmos grandes produtores rurais com pequenos produtores, banqueiros e bancários, pois suas

necessidades, seus gostos, suas possibilidades são diferenciadas. Quando situações desse tipo ocorrem, o que vai resultar, na maioria das vezes, ao invés de cooperação é mais a concorrência ou o conflito, que em geral, implica na exploração e na dominação. É no campo onde se instaura um jogo, e onde ocorre a concorrência pelo monopólio, pela hegemonia.

Enfim, segundo a visão do conceito de campo - da posição relativa que os agentes ocupam na estrutura do campo – contribuirá para determinar as práticas dos agentes sociais, as formas distintas de administrar, organizar e constituir as suas respectivas organizações de trabalho.

#### **4 O HABITUS COMO MEDIADOR: LIMITE E RUPTURA?**

Em relação ao segundo aspecto, no caso, a análise do **habitus**, enquanto capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar, agir perceber e fazer (THIRY-GHERGUES, 2006) - o produto e as práticas culturais pelos quais as classes se diferenciam e definem seus gostos (WACQUANT, 2005) - mantêm uma relação direta com o primeiro aspecto. Ou seja, a riqueza econômica (capital econômico) e a cultura acumulada (capital cultural) geram internalizações de disposições (*habitus*) que diferenciam os espaços a serem ocupados pelos homens no campo social. Neste sentido, os agentes integrantes das organizações cooperativas populares, ocupam no espaço social, posições diferenciadas das grandes organizações capitalistas, por possuir um menor volume global de capital (econômico e cultural), o que corresponde a uma diferenciação nas suas práticas sociais e nos bens que possuem.

Especialmente em relação ao estudo do **habitus**, podemos destacar dois aspectos.

Primeiramente, no caso dos pequenos produtores rurais, por exemplo, existe um capital social, construído nas suas práticas cotidianas que os orientam a agir de forma coletiva, a exemplo dos mutirões para colheita, as festas comunitárias etc., que partindo de Wacquant (2004), constituiria *um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta os sentimentos e desejos*. Do ponto de vista das análises e das avaliações dessas organizações coletivas, isto se configuraria como uma vantagem competitiva. Tais práticas, que foram consolidadas

e estruturadas ao longo de suas experiências de vida, ou seja, através de algumas disposições e mecanismos que foram socialmente incorporados, que modelam os agentes sociais, nesse caso, reforçam a solidariedade criando os laços sociais mais sólidos, impulsionando uma relação cooperativa em vez de competitiva.

Em segundo lugar, as cooperativas populares são geralmente constituídas por trabalhadores e trabalhadoras pertencentes à mesma classe, que são submetidos a condições e condicionamentos similares, e que vão indicar os seus estilos de vida, a formas de situar-se no mundo que são inerentes à posição que ocupam no espaço social. Eles são direcionados pelas condições objetivas e pelo *habitus*. Assim, as escolhas dos indivíduos são orientadas pelos esquemas mentais e corpóreos resultantes da internalização dos padrões objetivos de seu ambiente social existente (WACQUANT, 2005). Isto quer dizer que, na prática, os trabalhadores das cooperativas populares são orientados para executar trabalhos mais braçais, e alguns poucos são considerados capacitados para planejar e administrar. Essas diferenças e outras que dizem respeito a pontos de vista, de opiniões, que se constituem em disposições - *habitus* - “de classe”, assinalaria, a princípio, os limites à participação do conjunto dos cooperados nas tomadas de decisões da sua organização. Assim, esses grupos estariam tendencialmente limitados (a tomar decisões, gerar estratégias, dá respostas às situações de mercado) pelas suas disposições adquiridas socialmente, e não pelas aptidões naturais ou pelas suas “incapacidades naturais” de classe.

No entanto, o conceito de *habitus*, considera que essas tendências (disposições) apesar de duráveis, não são eternas nem estáticas e, portanto, em dada situação, elas podem ser contrariadas e corroídas (WACQUANT, 2004). Assim, na economia de mercado, onde as relações de concorrência e de poder são assimétricas, as organizações cooperativas, para sobreviverem, e garantir a sobrevivência dos seus cooperados, tendem a incorporar estratégias de outros campos para manterem-se no mercado. Para tanto, ora adotam práticas de gestão, tecnologias e processos produtivos que são modelos associados ao êxito das grandes empresas; ora diferenciam-se destas, através de práticas consideradas “ecologicamente corretas”.

## **5 A ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES CAPITALISTAS E COLETIVISTAS**

Terceiro, inicialmente, há de considerar que as organizações produtivas (capitalistas ou não capitalistas) se inserem num espaço de múltiplas relações sociais, englobando instituições públicas e privadas, outras organizações, o Estado, os movimentos sociais, os clientes, os fornecedores etc., na disputa da hegemonia pelo poder. E, como já citado, estão posicionadas no espaço social em função do volume de capital total. Especialmente, em relação às organizações cooperativas, elas são estruturas diferenciadas das empresas capitalistas, não só pela posição que o grupo ocupa no espaço social, mas também, historicamente, por terem se pautado em valores e princípios solidarista. O conjunto de trabalhos voltados para essas organizações destaca a preocupação com a auto-realização, a felicidade, a libertação, a autonomia, a igualdade, um conjunto de preocupações voltadas para emancipação dos indivíduos (OLIVEIRA, 1996). São organizações que podem ser vistas sob duas formas: são constituídas, por um lado, baseadas no *habitus* e em uma doutrina ligada à solidariedade, democracia participativa e equidade, assumindo um caráter *social*; e por outro, no interesse econômico dos atores, funcionando como uma *empresa*. Assim, a interação dialética entre essas duas naturezas da organização cooperativa, de ser uma *empresa* dotada de uma estrutura administrativa e organizacional, e de ser uma *organização social*, que financia, controla, administra e distribui o resultado do trabalho coletivo, é uma característica que a diferencia das outras empresas. Podemos destacar ainda, que a responsabilidade, a fidelidade, a confiança e a preocupação com os outros, estão presente nessas organizações coletivas. Não esquecendo, também, um certo individualismo que perpassa qualquer tipo de relação existente no modo de produção capitalista. Nesse sentido, as cooperativas, enquanto empresas inseridas também no mercado, não seguem totalmente a sua racionalidade interna, visto que, a sua própria sobrevivência econômica, depende, dentre outras, da busca de eficiência e eficácia, ou seja, da adequação de meios aos objetivos com menor custo possível.

No tocante às empresas capitalistas, a sua racionalidade interna está explicitamente voltada para a busca de taxas de lucros mais elevadas. Assim, algumas práticas, tidas como válidas no campo da estrutura dominante, fazem parte da organização do trabalho: para maximizar o lucro demitem, reduzem a massa de salários, individualizam a relação dos contratos de trabalho etc. Enfim, a precarização é instituída disseminando o medo e a submissão aos trabalhadores

(BOURDIEU, 2001). Neste sentido, as regras do jogo dominante, baseadas na maximização do lucro, impõem-se às empresas como algo *natural*, e estas passam a adotá-lo sem maiores gastos de energia (dominação simbólica).

Em relação às práticas das empresas capitalistas, estas se baseiam principalmente em modelos gerenciais tradicionais e burocráticos, pautados na hierarquização, no controle, na contratação de técnicos e em níveis salariais diferenciados, tendo assim, uma racionalidade distinta daqueles que buscam construir uma organização em modelos mais democráticos e participativos, que valorizem o trabalho, e não somente o capital.

No tocante às organizações cooperativas as práticas, instituídas historicamente como princípios, condicionam o exercício do poder ao conjunto dos trabalhadores. Por exemplo, destacamos as decisões coletivas em relação à distribuição das sobras, as decisões tomadas em assembleias ou por um grupo e que, diga-se de passagem, em alguns casos passam a ser encarada como um entrave para a sobrevivência econômica das cooperativas, gerando conflitos internos. Esse conflito, se tomado do ponto de vista do *habitus*, é previsível, visto que é nessa relação dialética, da presença simultânea de estruturas incorporadas socialmente (do passado), e a sua capacidade estruturante (de gerar ações no presente), que possibilita a compreensão de algumas ações das organizações cooperativas. Nesse sentido, o dilema posto no início deste texto, ou seja, por um lado, como se inserir no mercado sem abrir mão dos princípios cooperativista, em ser uma organização voltada para o interesse da maioria; e por outro, está subsumida aos ditames do mercado. Para alguns, esse paradoxo, significa que a decisão a ser tomada caminhará no sentido da centralização do poder, da hierarquização, da redução dos gastos na força de trabalho, da ampliação das atividades em detrimento dos interesses dos sócios etc.

Com base nessas considerações preliminares, colocamos outras questões:

1) As condições objetivas e as disposições incorporadas ao cotidiano dos trabalhadores, limitam a sua participação nos destinos da cooperativa?

2) As vantagens econômicas, políticas, financeiras, culturais e simbólicas das empresas capitalistas, no jogo da concorrência, implicariam em dizer que as cooperativas estão fadadas ao insucesso?

## 6 ALGUMAS CONCLUSÕES

Na perspectiva do esboço de estudo que acabamos de traçar, tentando compreender as estruturas sociais que condicionam os indivíduos a agir como agem, levantamos algumas conclusões preliminares, a partir dos conceitos de campo e de *habitus* de Bourdieu. Nesse sentido, considera-se que o sistema de separação diferencial (detenção de capital econômico e cultural) associada ao *habitus* circunscrito em uma dada situação (a sobrevivência dessas organizações cooperativas) vai orientar as tomadas de posição na condução das organizações. Ou seja, na análise das ações (das tomadas de decisões) das organizações aqui tratadas, elas não são movidas simplesmente por um interesse, mas também por disposições socialmente adquiridas. As tomadas de decisões das organizações estão condicionadas, pelas diferenciações nos volumes de capital total, pela interiorização de disposições e pelas condições objetivas dos grupos sociais, transcendendo, assim a oposição entre o objetivo e o subjetivo. E nesse sentido, ao entrarem no jogo de mercado, da concorrência e da competição em busca de eficiência e eficácia, uma determinada visão de empresa torna-se hegemônica.

Ainda lembrando Bourdieu (2001), diríamos que, neste caso, a dominação exercida pela imposição de um modelo tido como válido para as empresas capitalistas, é vista com certa *naturalização*, e que condicionaria as organizações cooperativas a adotá-lo como verdade, sem muito dispêndio de energia. No entanto, o *habitus*, enquanto mediador entre o passado e o presente, enquanto sistema que funciona como categoria de diferenciação, mas também, como princípio organizador da ação prática, tanto explica a *naturalização* como também ajuda a encontrar *respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do meio social*. (WACQUANT, 2004). Assim, as cooperativas são pressionadas por outro sistema de regras; que é hegemônico; que se impõem como algo *natural*; no entanto passíveis de mudanças, às quais só se realizarão a partir da própria experiência vivida; da necessidade das cooperativas manterem-se funcionando, dentro de uma perspectiva de emancipação dos trabalhadores.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. Economia dos bens simbólicos. In: **Razões práticas**. 7. ed. São Paulo: Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **Contra fogos 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CORAGGIO, José Luis. Economia do Trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.): **A outra economia**. Porto Alegre: Veras, 2003.

FREITAG, Bárbara. **Dialogando com Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

OLIVEIRA, Maurício Roque Serva de. **Racionalidade e organizações** - o fenômeno das organizações substantivas. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em Organização, Planejamento e Recursos Humanos) - Programa de Pós-graduação da EAESP/FGV, SP.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: \_\_\_\_\_. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **Produzir pra viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 20, mai/jun/jul/ago de 2002.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. (1ª ed.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho**. Ijuí: UNIJUI, 2001.

TKIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, jan./fev. 2006. Disponível em: [www.scielo.org.br](http://www.scielo.org.br) . Acesso em: 14 set. 2006.

WACQUANT, Loïc. O poder simbólico na dominação da “nobreza de Estado”. In: \_\_\_\_\_.(Org.). **O mistério do mistério: Pierre Bourdieu e a política democrática**. Rio de Janeiro: Renavam, 2005.

\_\_\_\_\_. **Esclarecer o *habitus***. 2004. Disponível em: [http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant\\_pdf/ESCLARECEROHABITUS](http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/ESCLARECEROHABITUS)>. Acesso em: 12 set. 2006.